LAÏCITÉ SANS FRONTIÈRES

Jean Baubérot e Micheline Milot

Paris: Éditions du Seuil, 2011. Collection La couleur des idées. 347 p.

ISBN 978-2-02-099616-7

PENSANDO A "LAICIDADE":

conceito útil para além do contexto francês

Jean Baubérot formou-se em História, Letras e Ciências Humanas na *École Pratique des Hauts Études* (EPHE), onde, em 1995, fundou o importante Grupo de Sociologia da Religião e Laicidade e atualmente ocupa os cargos de presidente de honra e professor emérito da cadeira "História e Sociologia da Laicidade". Participa ativamente nas instâncias políticas da França: em 1997 e 1998 foi conselheiro técnico da ministra Ségolène Royal, responsável pelo ensino escolar do país e fez parte da Comissão Stasi que visava discutir a aplicação do princípio de laicidade na França, sendo que Baubérot foi o único entre os vinte membros que preferiu não endossar o relatório que levou à implementação da lei sobre o princípio da laicidade.

Micheline Milot formou-se em psicopedagogia na *Université Laval*, em Quebec, Canadá, dedicando-se aos temas sobre pluralismo religioso, relação entre estado e religião e escolas. Atualmente é professora titular do departamento de Sociologia da *Université du Quebec à Montreal* e, em 2008, recebeu do governo francês o prêmio de excelência em Ciências Sociais de países francófonos outorgado pelo *Centre National de la Recherche Scientifique* (CNRS).

Os projetos de ambos os pesquisadores convergiram em "*laïcités sans fronteires*". Trata-se de um livro que deslinda as raízes históricas, filosóficas e sociológicas da noção de "laicidade", fugindo da ideia de que se trataria de uma ferramenta útil apenas no contexto francês e, assim, ampliando o alcance teórico-metodológico desse conceito. Baubérot e Milot alcançam seus intuitos a partir de minuciosas análises etnográficas de contextos complexos da sociedade contemporânea.

O livro foi dividido em seis partes: a primeira delas é relativa às raízes históricas e filosóficas dos princípios de laicidade, partindo de ideias gerais até a filosofia política de John Locke; na segunda parte, os autores construíram o conceito analítico de "laicidade" mediante quatro princípios que, em distintas articulações, oferecem seis configurações possíveis de "laicidade"; na terceira parte, os autores discutiram a relação de "laicidade" com os limites da liberdade religiosa; na quarta parte, a noção de "laicidade" foi contraposta àquela de "secularismo"; na quinta parte, os autores esboçaram uma periodização do desenvolvimento da "laicidade" dividida em três "limiares de laicização"; e por fim, na sexta parte foi tratada a crítica às ideias de senso comum acerca da laicidade francesa.

A Reforma Protestante inglesa, a formação de uma comunidade nos EUA do séc. XVII, a filosofia chinesa de Confúcio e o reconhecimento de John Locke como o filósofo da laicidade são argumentos que atestam a abordagem não centrada na historiografia francesa da laicidade.

Os autores utilizam as ideias de Locke, para quem o estado seria algo natural e compulsório ao homem enquanto que a religião seria algo opcional e entendida como uma associação de indivíduos livres, para construir as bases do que entendem como regimes de laicidade. Para os autores, é a partir desse alicerce lockiano que se estabelece o fundamento filosófico da legitimidade do pluralismo onde dois dos princípios da laicidade já estariam presentes: liberdade de consciência e igualdade.

Esses dois princípios filosóficos seriam a finalidade dos regimes de laicidade e como tal dependeriam de outros dois princípios filosóficos que os garantam: a separação entre estado e igreja e a neutralidade estatal.

Laicidade teria, então, uma definição ampla envolvendo os quatro princípios filosóficos:

> *[...] uma organização política onde a liberdade de consciência se encontra, assim como uma vontade de justiça igualitária para todos, garantida por um estado neutro a respeito das diferentes concepções relativas à "boa vida" que coexistem na sociedade (*Baubérot e Milot, *2011, p. 80).*

Uma das maiores contribuições de *Laïcités sans Frontières* é a ampliação do alcance analítico do conceito de "laicidade". Para isso, os autores construíram seis tipos-ideias de "laicidade", formados por diferentes configurações dos quatro princípios acima descritos, são eles: "laicidade separatista", "laicidade anticlerical", "laicidade autoritária", "laicidade de fé cívica", "laicidade de reconhecimento" e "laicidade de colaboração".

Esse quadro teórico é apenas aparentemente simplificador da complexidade empírica dos diversos regimes de laicidades existentes, conquanto seu mérito esteja na capacidade de permitir a avaliação e a análise comparativa entre diferentes contextos e especificidades nacionais. A perspectiva etnográfica presente em *Laïcités sans Frontières* demonstra como esse quadro teórico permite uma análise da complexidade necessária ao objeto em questão.

A relação entre liberdade religiosa e os regimes laicos foram analisadas através da consideração das realidades concretas da relação entre espaços privado e público. Empiricamente, esses espaços não apresentam fronteiras fixas, ao contrário, são flexíveis e variáveis de acordo com as dinâmicas do contexto analisado. Tal abordagem evidencia os limites de análises pautadas nos modelos de laicidade dos EUA e da França pautados em abstrações da razão iluminista (que restringe o espaço público como local de um debate "razoável") ao tornar visível uma lógica razoável e religiosa constituindo tais debates nos espaços públicos atuais.

Um exemplo da complexidade da abordagem acerca dos debates no espaço público e modelos de regime de laicidade é o caso indiano. Constatando que as ideias defendidas em debates públicos não deixariam de ter suas raízes em doutrinas religiosas pelo simples fato de não haver porta-vozes ostentando símbolos de pertencimento religioso, os debates se mantêm abertos à influência religiosa. Entretanto, indicam os autores, essa permeabilidade poderia, porém, suscitar predileções no sentido de excluir comunidades religiosas minoritárias da esfera pública sob o risco de, em nome da liberdade, abdicar da igualdade.

A perspectiva metodológica de Baubérot e Milot de que análises fundamentadas na abstração puramente filosófica não deve ter supremacia em relação às realidades empíricas das laicidades permite também que algumas limitações presentes em estudos sobre pluralismo religioso realizados nas décadas passadas sob a rubrica do "paradigma da secularização" sejam superadas. Análises políticas de relações entre religião e estado não faziam parte da pauta de pesquisadores norteados por esse paradigma e, quando se propunham fazê-lo pela via da "laicidade" findavam por submetê-la ao pano-de-fundo da secularização.

A "laicidade" era remetida à perspectiva sincrônica sob o cenário diacrônico da secularização. Porém, a perspectiva diacrônica da laicização já estava presente em teorias de pen-

sadores do século XIX, como Buisson e Durkheim, nos mostra Baubérot e Milot, entretanto, carregada de influências evolucionistas.

Assim, além de uma concepção plural do conceito de laicidade pautada em tipos-ideais, os autores de *Laïcités sans Frontières* também inovam com um esquema de periodização do "processo de laicização".

"Laicização" é retirada da linearidade evolucionista que findaria no modelo exclusivo da laicidade francesa e passa a ser entendida através de três "períodos-tipos" permitindo reversibilidades do processo que, por sua vez, não significaria um retorno para trás, mas um "retorno a um passado supostamente conhecido e de fato reconstruído" (Baubérot E Milot, 2011, p. 199).

Esses períodos tipo-ideais foram chamados de "limiares (*seuils*) de laicização". Os autores desenvolveram uma grade teórica complexa para esses limiares utilizando indicadores como parâmetro de medição e classificação das sociedades, principalmente a partir da relação de duas instituições com a esfera religiosa: a medicina e a educação.

Resumidamente, a periodização da laicidade partiria do englobamento da sociedade pela religião, passando por uma separação institucional seguida pela sacralização de tais instituições não-religiosas, chegando ao período moderno quando teria surgido o movimento de relativa desinstitucionalização da sociedade.

Esse último caso seria o cenário da laicidade contemporânea globalizada,

> *[...] onde as reivindicações em nome de uma consideração mais forte da liberdade de consciência nas instituições simbólicas não-religiosas devem ser analisadas e interpretadas (Baubérot e Milet, 2011, p. 243-4).*

No contexto contemporâneo, as classificações sociais operantes não distinguiriam claramente o religioso do não-religioso, o coletivo do individual, o que caracterizaria uma política de reivindicação por aquilo que Balibar chamou de "Igualiberdade" (egaliberté) (Balibar, 2010 apud Baubérot e Milet, 2011, p. 248).

Após toda a argumentação do livro, os autores retornam ao contexto francês analisando os conflitos internos que constituem a laicidade nesse país demonstrando como a laicidade tal qual é vivenciada empiricamente é escamoteada pela mídia que constrói estereótipos, contribuindo dessa forma para a manutenção de ideias pré-concebidas de laicidade que acabam por formar as agendas políticas sobre o tema.

Trazer à tona a "laicidade" em suas mais diversas formas de realida-

des empíricas através de um esforço intelectual que conduz ao rompimento de fronteiras epistemológicas e políticas é o que caracteriza o livro *Laïcités sans Frobtières* e que o torna uma importante referência àqueles que se interessam pela temática da relação entre religião e política.

Celso de Brito

Doutorando em Antropologia Social pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS.
E-mail: celsodebrito@yahoo.com.br

Recebido em 11/05/2012
Aprovado em 04/06/2012